

Coluna do Castello

Ulysses acha cinco anos temerários

Desde antes de viajar de férias para os Estados Unidos, no período das festas de fim de ano, o sr. Ulysses Guimarães revelava na intimidade sua extrema dificuldade de conciliar seu voto pelo mandato de cinco anos com a evolução notória da opinião pública em favor de eleições presidenciais em 1988. Sem reexaminar as razões que o levaram a preconizar o mandato, conforme o assentado com o presidente José Sarney, o presidente do PMDB, alcançado pelas manifestações de entidades civis, de associações de classe e de personalidades de relevo na vida do país, dizia achar uma temeridade a insistência num mandato que contrariava a opinião dominante, expressa por seus órgãos representativos.



Razões políticas e partidárias podem ser invocadas em favor de uma tese ou de outra, mas observava que há sempre um grande risco em decidir contrariamente à vocação do povo. De então para cá a opinião do presidente da Constituinte vem se cristalizando, embora prefira não se manifestar de público sobre um assunto tão delicado nas suas relações com o Palácio do Planalto. Apesar dessas idéias que se foram definindo na sua cabeça, o sr. Ulysses Guimarães encara suas responsabilidades também com relação ao seu partido e à necessidade de preservar sua união como base para assegurar a presença do PMDB como a grande força nacional no desfecho da demorada transição política. O partido, como se sabe, está dividido a tal ponto que uma opção do presidente poderá tornar irremediável a cisão preconizada já pelos expoentes do grupo de esquerda.

É difícil superar a divisão partidária que não se cinge ao problema do mandato mas abarca os principais temas polêmicos em debate na Constituinte. A opção por mandato de quatro ou cinco anos é meramente política, as outras são ideológicas, mais dificilmente compatibilizáveis por envolverem convicções profundas ou interesses arraigados. O *Centrão* tornou ostensivo o dissídio ideológico quando funcionou como um marco a indicar que a maioria dos constituintes do PMDB fazia escolhas conflitantes com as preconizadas pelo programa partidário, mas decidiu desde o início evitar o confronto político em matéria de mandato.

Isso não impediu que alguns de seus líderes, impulsionados a partir da militância de alguns ministros e do próprio Palácio do Planalto, armassem a emenda dos cinco anos para a qual obtiveram 317 assinaturas. A polêmica suscitada pelos métodos usados para a obtenção de assinaturas terminaria por se transformar numa mobilização de denúncias que afetavam a honradez do governo. Essas denúncias foram feitas até mesmo pela CNBB, o que não chega a causar espécie dado o predomínio da esquerda clerical nos quadros dessa entidade eclesiástica. Começou a acontecer, então, o que acontecera no episódio da Comissão de Sistematização quando o presidente, com maioria de votos assegurada, viu sua situação invertida pela intervenção de governadores que, pelas razões que consideraram óbvias, abandonaram o *compromisso do Rio de Janeiro* em troca de uma contrapressão sobre sua representação parlamentar. Diversos constituintes começam agora a recuar da assinatura, sob alegações diversas, todas indicativas de fragilidade de comportamento.

É provável que o presidente José Sarney, que formalmente se conformara com a decisão pelos quatro anos, tenha cometido mais um erro ao se envolver na emenda que aparentemente lhe assegurou os cinco anos. A situação em termos de votos tornou-se precária, embora não se possa afastar a presunção de vitória final do governo. Essa vitória poderá aumentar-lhe e prolongar-lhe as agruras de governar por um tempo além do desejado pela maioria da população. Politicamente, seu efeito seria tornar irreversível a cisão do PMDB, com o prévio anúncio do senador Fernando Henrique Cardoso, de rompimento com o governo, e do deputado Pimenta da Veiga, de deserção de 80 parlamentares da legenda dominante. Isso não importa ao sr. José Sarney. Antes pelo contrário. Mas importa vitalmente ao sr. Ulysses Guimarães, que há 20 anos comanda por entre crises internas mais ou menos profundas o único partido que sobreviveu com força ao regime militar.

Ao presidente Sarney, pelo que se deduz das suas últimas decisões, o que importa é restaurar suas condições de governabilidade, desmontar a campanha de desmoralização hoje encampada pela Igreja Católica, mediante a tomada de decisões que limpem seu governo de pessoas suspeitas ou levem à Justiça os apanhados em inquéritos administrativos ou parlamentares. Isso, e ao mesmo tempo conter a inflação e agir com ostensiva e concreta austeridade em matéria de gastos públicos, pode tornar assimilável sua continuação no governo por todo este ano e, se possível, pelo próximo ano. Esse é o seu problema e a sua esperança.

O do sr. Ulysses Guimarães é fazer com que o PMDB sobrenade e sobreviva à crise. Por isso mesmo, ele só dará o seu voto pelos quatro ou pelos cinco anos no plenário da Constituinte.

Carlos Castello Branco

Terror, seqües serão equiparados

BRASÍLIA — Na primeira votação polêmica no plenário sobre o texto da nova Constituição, o *Centrão* derrotou a liderança do PMDB e a esquerda, rejeitando a emenda do deputado Antônio Mariz (PMDB-PB), que definia apenas a tortura como crime inafiançável, imprescritível e insuscetível de anistia. Com a rejeição da emenda Mariz, prevaleceu a proposta do *Centrão* para o parágrafo 8º que coloca na mesma categoria da tortura o terrorismo, o tráfico de drogas e o sequestro. O painel eletrônico, em pane nos dias anteriores, funcionou normalmente.

A liderança do PMDB invocou razões técnicas para propor que o terrorismo, o tráfico de drogas e os sequestros fossem considerados somente crimes inafiançáveis, argumentando que a tortura é um crime de Estado, enquanto os demais são cometidos por indivíduos. Durante as defesas, feitas pelo próprio Mariz e pelo deputado Egídio Ferreira Lima (PE), ficou nítida a preocupação do PMDB de evitar uma discussão ideológica em torno do tema, confrontando a tortura com o terrorismo.

Já o *Centrão* procurou dar um tom marcadamente emocional ao debate. Tanto Gerson Peres (PDS-PA) quanto Gastone Roghi (PTB-SP), que usaram a tribuna, acusaram a emenda do PMDB de acobertar o terrorismo. Peres insistiu diversas vezes que o "terrorista, que coloca bombas que matam crianças e mulheres inocentes, é igual ao torturador". Roghi refutou a tese de que a tortura é um crime de Estado — conforme a definição da Organização das Nações Unidas — alegando que também há país que torturam filhos e maridos que seviciam mulheres.

Gritos — Proclamado o resultado, os deputados José Genoíno (PT-SP) e Roberto Freire (PCB-PE), denunciaram que o texto do *Centrão* havia sido considerado aprovado, embora a emenda Mariz tivesse sido rejeitada por 279 votos — um a menos que a maioria absoluta. "O *Centrão* fraudou a Nação. Em nome da democracia, mudou o regimento interno, alegando que nenhuma matéria podia passar à Constituição com menos de 280 votos. Agora, mantém seu texto sem a aprovação da maioria", disse Freire.